



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA E COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO E DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

PRESIDENTE: EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09/06/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, declaro abertos os trabalhos da audiência pública semipresencial desta Comissão e da Comissão Extraordinária do Idoso e Assistência Social, cujo tema é o Programa Reencontro e o reordenamento da rede de serviços de assistência e as políticas de moradia, trabalho e renda voltadas às pessoas em situação de rua.

Informo que esta audiência está sendo transmitida por meio do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas/inscricoes/.

Convido, para compor a Mesa, o Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Sr. Carlos Bezerra, e informo que já estão presentes o Vereador Daniel Annenberg; a ex-Secretária de Direitos Humanos e Cidadania, Sra. Soninha Francine, virtualmente; o Sr. Alexis Vargas, Secretário Executivo de Projetos Estratégicos; o Sr. Robson Mendonça; o Sr. Anderson Lopes Miranda, virtualmente, e o Sr. Alderon Costa, do Fórum da Cidade de Defesa da População de Rua.

Se me permitem, vou iniciar a minha fala dando bom dia a todos, todas e todes e agradecendo a presença aos convidados e convidadas para debaterem esse importante tema, a criação de um novo programa voltado a pessoas em situação de rua. Segundo o último censo da população de rua, realizado no final de 2021, há 32.884 nessa situação em São Paulo, um aumento de 32% em relação ao censo anterior, de 2019. Desse total, aproximadamente 40% encontram-se em Centros de Acolhida; 60%, dormindo nas ruas. É de extrema urgência, portanto, que o Poder Público viabilize formas de saída digna da situação de rua e mecanismos para evitar a entrada nessa situação.

Eu relembro a existência da Lei 17.252/2019, que consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua, de minha autoria em conjunto com mais cinco colegas, sancionada há dois anos e cinco meses, mas não regulamentada até o momento. O texto da lei,

amplamente debatido com a sociedade civil, traz diversos capítulos com pontos estruturantes. Em 2020, o Comitê PopRua, novamente, com muito diálogo, construiu uma minuta de regulamentação, mas que não saiu do papel. Sigo na luta também para a regulamentação do Decreto nº 59.252/2020, que dispõe sobre a cota mínima de vagas de trabalho em serviços públicos para a população em situação de rua. Esse decreto, fruto da lei já citada, foi publicado há mais de dois anos, sem regulamentação até o momento.

Em reunião com o Secretário Carlos Bezerra, em 2 de fevereiro, fui informado que as regulamentações da lei e do decreto estarão no âmbito do Programa Reencontro. Em 17 de novembro de 2021, a Prefeitura publicou a Portaria nº 1.494, que criou o Comitê Intersecretarial do Programa Reencontro. Pela Portaria, esse Comitê tinha o prazo de 90 dias para apresentar o escopo do programa, as estratégias, o cronograma de ações e a matriz de responsabilidade de cada órgão participante, sob a égide de três eixos: conexão, cuidado e oportunidade. Extinto o prazo há quase quatro meses, seguimos sem ter conhecimento do futuro programa, apenas o que vemos na imprensa, como o caso da divulgação, na revista *Veja*, da criação de moradias de construção rápida. Tivemos acesso também à informação de PPPs de moradia, com dois lotes, um na região Central e outro no Tatuapé.

Por essas razões, em 8 de fevereiro, enviei o Ofício nº 15, solicitando acesso à minuta do Programa Reencontro, para a Secretaria Municipal da Casa Civil, para a Secretaria de Governo Municipal, para a Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos, para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e para a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, mas até o momento somente a Secretaria Municipal de Direitos Humanos respondeu.

Aproveito este debate de hoje para fazer aos convidados do Poder Executivo aqui presentes as seguintes perguntas: No que consiste cada eixo do Programa – conexão, cuidado e oportunidade? Quando o Programa Reencontro será publicado? O Comitê PopRua está sendo ouvido na construção do Programa? Qual o orçamento previsto para a implantação do Programa Reencontro? Há montante de recurso disponível descongelado vinculado à Secretaria de

Governo, destinando o valor de R\$ 10.000.000,00, mas ainda sem reserva ou empenho? Como poderemos obter o planejamento de gastos para esse recurso e os detalhes? Serão apresentados no Comitê PopRua? Houve uma liberação de recurso de aproximadamente R\$ 25.000.000,00 para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de 350 unidades de ambientes de rápida implementação, conforme Pregão Eletrônico nº 24, da SMADS, de 2022, vencido pelo Grupo Cesar Sistemas Construtivos LTDA? No que consistem essas unidades? Considerando que essas unidades estão no escopo da SMADS, elas são consideradas Centros de Acolhida? Qual a previsão de inauguração? Qual a forma de escolha dos beneficiários? Haverá tempo limite dos beneficiários nesses espaços? Considerando que a moradia é a principal demanda trazida pelos movimentos e organizações, há um programa de entrega de moradias para pessoas em situação de rua? Há proposta do serviço público de moradias oficial apresentado pela sociedade civil? A Secretaria de Governo será incluída no âmbito do programa Reencontro? O programa Reencontro apresentará ações de prevenção nas situações de rua? Haverá ações voltadas às pessoas em situação de calçada, como a criação de banheiros, bebedouros, lavanderias e bagageiros? Como o programa Reencontro pretende garantir e melhorar a qualidade dos equipamentos voltados para a população em situação de rua? Quais ações de capacitação e empregabilidade serão ofertadas? Pelo sistema eletrônico de informações tivemos acesso à minuta do POT Reencontro. O Líder do PT, aqui na Câmara, o Vereador Senival Moura, enviou ofício com diversos questionamentos e recomendações acerca da minuta do POT. Esse ofício será levado em consideração? Qual a ligação entre o programa Redenção e o programa Reencontro? A Lei 17.252/19 e o Decreto 59252 serão regulamentados? A minuta de regulamentação da lei construída pelo Comitê POP Rua está sendo levada em consideração?

Finalizo lembrando que outra proposta importante, que proporcionaria a Cidade digna da situação de rua é a criação de uma política de transferência de renda universal e incondicional, a Renda Básica de Cidadania, para todos os municípios de São Paulo. A RBC garantiria a liberdade real e a autonomia das pessoas.

Gostaria de dizer que seria interessante até que pudéssemos aqui dialogar a respeito da possibilidade de ser considerada a tramitação do projeto de lei que cria a Renda Básica de Cidadania na cidade de São Paulo, que foi apresentada pelo Prefeito Fernando Haddad, no último dia útil de seu Governo, 30 de dezembro de 2012.

Eu agradeço se puder ter aqui três cópias desse projeto para entregar ao Secretário, porque gostaria de dialogar a respeito. Não podemos seguir aceitando que pessoas que não têm onde morar, que não têm como se alimentar, estejam morrendo de frio na cidade mais desenvolvida do País. É dever do Poder Público garantir as condições mínimas de sobrevivência e dignidade de nossa população.

Eu gostaria de chamar, também, Robson Mendonça, Presidente do Movimento em Defesa da População de Rua.

Vou deixar, aqui, a cópia desse questionário para que ambos possam saber as indagações feitas.

Com respeito ao Sr. Alexis Vargas, para mim é uma satisfação poder interagir, e com o Carlos Bezerra. Eu, por exemplo, fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui, da Casa. Hoje, a Presidente é a Vereadora Erika Hilton. Hoje eu sou vice. Mas, logo que ela chegou, ela me falou: “Que tal você ser o vice e eu ficar na presidência dessa comissão?” E eu falei: “Tudo bem”. E assim temos feito com muita afinidade. Mas já quando eu era Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Carlos Bezerra era Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Direitos Humanos na Alesp, nós interagimos muito positivamente, sempre de forma construtiva. Então, que seja este nosso encontro mais um passo importante dessa boa relação e, sobretudo, para a resolução desse problema da população em situação de rua, e que envolve também outro problema que esta Comissão está se preocupando e que é relativo à Cracolândia.

Eu gostaria de lhes informar que resolvemos, nesta Comissão com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, presidida pelo Deputado Emídio de Souza, e também com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e possivelmente com a do Senado, presididas por Orlando Silva e Humberto Costa, criar um grupo de trabalho. Inclusive,

convidaremos especialistas para estudarmos mais aprofundadamente como resolver os problemas da Cracolândia, dos viciados no *crack*, na cocaína, na maconha, etc.

Eu gostaria de passar a palavra, primeiro, aos Vereadores inscritos presentes.

Primeiro, Daniel Annenberg.

O SR. DANIEL ANNENBERG – Bom dia a todos e a todas.

Parabenizo pela presença da Secretária Soninha, querida amiga; do Secretário Bezerra. É muito bom contar com o pessoal da Prefeitura, do Executivo.

Eu, na verdade, Vereador Suplicy (Falha na transmissão) E, aí, se for necessário, no final, eu teço alguns comentários, alguma dúvida. Acho que temos de otimizar a reunião e eu quero ouvir sobre o trabalho que está sendo feito (Falha na transmissão)

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Daniel Annenberg.

Podemos passar a palavra, agora, ao Secretário Carlos Bezerra, para a sua exposição e se puder nos relatar e, inclusive, responder às perguntas que formulamos.

O SR. CARLOS BEZERRA JÚNIOR – Antes de tudo, bom dia a todos e a todas.

Cumprimento o nosso Colega Vereador e sempre Senador Eduardo Suplicy. É muito bom reencontrá-lo, mais uma vez, nesta Mesa, na Comissão de Direitos Humanos. Como bem lembrou V.Exa., nós já estivemos juntos em vários outros momentos, interagindo sempre na temática de Direitos Humanos. E é muito bom reencontrá-lo dentro de uma temática tão cara e importante, diria prioritária, hoje para a gestão do Prefeito Ricardo Nunes.

Cumprimento o meu Colega de Secretariado, o Secretário Alexis Vargas; a Colega Soninha Francine, Secretária de Direitos Humanos. É muito bom reencontrá-la por aqui, mesmo que virtualmente. Soninha, no período em que fiquei na Câmara, no ano passado, o que mais me fazia sofrer eram essas sessões híbridas. Eu não consigo me acostumar com essa dinâmica das sessões híbridas, mas eu vou aprendendo, vou me virando aqui.

Cumprimento o meu Colega Vereador, Colega de Bancada e companheiro, Daniel

Annenberg. Cumprimento também outros bons parceiros, companheiros, o Sr. Robson Mendonça, que é Coordenador, Presidente do Movimento Estadual da População em Situação de Rua; o grande Anderson Miranda; também reencontrando o Alderon. Estava até brincando com o Robson, que estamos nos encontrando bastante. Nos encontramos ontem, anteontem. O que é muito bom sinal. É sinal de que temos tido, em vários espaços, esse aprofundamento do diálogo, da troca de ideias, enfim, de propostas.

Vereador Suplicy, antes de iniciar a minha fala aqui, eu queria só fazer uma pergunta: a sessão vai até que horas? Só para termos uma noção de fala.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Até às 12h30min.

O SR. CARLOS BEZERRA JÚNIOR – Até às 12h30min. Tem alguma proposta de andamento da sessão, no sentido de que vamos direto às perguntas e respostas? Fazemos alguma explanação? Por que eu estou perguntando isso? Na verdade, é só para tentar coordenar o tempo e para entender os papéis, porque tanto o Secretário Alexis, quanto a Secretária Soninha, quanto eu, nós temos papéis distintos e complementares nesta apresentação. Eu, por exemplo, tenho o enfoque e o olhar para o Reencontro a partir de SMADS, de todas as políticas que têm a ver com moradia temporária, com a reestruturação do sistema de acolhimento na cidade de São Paulo. Enfim, essas questões. O Secretário Alexis Vargas tem mais os dados sobre os encaminhamentos do processo legislativo, os encaminhamentos relacionados à interconexão e ao diálogo intersecretarial, até porque este é o papel dele. E a Secretária Soninha, sob o ponto de vista de Direitos Humanos, da questão do Comitê POP Rua. Enfim, de todas as outras conexões que fazem parte da pasta da Secretária Soninha. Então, por isso da minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Secretário Carlos Bezerra, fica a critério do Executivo. Se preferirem que comece Alexis Vargas e depois Soninha Francine e daí você conclui. Está bem assim, Soninha? Primeiro o Alexis?

A SRA. SONINHA FRANCINE – Para mim, está bom. Como vocês preferirem. Na verdade, a minha contribuição seria breve e abrangente, como é característica da Secretaria de

Direitos Humanos. Eu não falaria mais do que cinco minutos tratando das premissas gerais do projeto. Mas eu posso esperar primeiro o Alexis fazer uma apresentação e depois complementar alguma coisa, se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Está bem assim. Prezado Alexis, pode iniciar. Cerca de cinco minutos cada.

O SR. ALEXIS VARGAS – Bom dia.

Muito obrigado, Vereador Eduardo Suplicy por mais este convite, por mais este debate. Já recebi o Vereador, na Prefeitura, para debatermos sobre este mesmo tema. Já também estive com a equipe dele em reuniões do Comitê POP Rua, e é um prazer estar aqui, de novo, conversando com o senhor e sua equipe aqui, nesta Casa.

Agradeço ao me Colega e amigo, Secretário Bezerra; à Secretária Soninha. Nós temos trabalhado juntos na construção desse programa e no enfrentamento desse problema tão sério e profundo, que é a população em situação de rua e que, durante a pandemia, teve um aumento bastante expressivo não só aqui, na cidade de São Paulo, como no mundo todo, dada a crise econômica que a pandemia acarreta.

Cumprimento o Sr. Robson. É um prazer estar aqui, com o senhor, mais uma vez. Um grande representante do movimento das populações em situação de rua.

Vou tentar manter os cinco minutos, mas só a quantidade de perguntas que tem aqui, eu vou levar os cinco minutos só para lê-las. Então, eu vou tentar ser o mais breve possível.

Então, no que consiste cada eixo do programa?

Primeiro eixo, Conexão. O serviço público estabelecer uma conexão com a população em situação de rua; criar vínculo; conhecer mais a população. Queremos trazer a estratégia do Canadá, que chama *Know by Name*, conhecer as pessoas pelo nome; ter um cadastro mais completo; buscar os vínculos familiares; conhecer mais e ter mais contato com um melhor sistema e um melhor método de abordagem.

Eixo Cuidado. Aqui entram todos os serviços públicos voltados ao atendimento da população de rua, começando pelo acolhimento; colocando estratégias de oferta de moradia

para além do acolhimento, como unidades de locação social - e, com isso, eu já estou respondendo a uma outra pergunta que está mais adiante -; e integrando esses serviços com outros: inclusão digital, inclusão produtiva, o próprio POT. O Estado está disponibilizando para a Prefeitura dez mil vagas de bolsa trabalho. Estamos trabalhando – nós, do lado de cá – para pormos isso de pé. Definir dez mil ocupações. O trabalho maior que teve, quanto a isso, foi no Trabalho Novo, que empregou duas mil pessoas. Quer dizer, fazer dez mil é um trabalho muito grande, desafiador. E isso já está no eixo Oportunidade.

O eixo Oportunidade é criar oportunidades para o desenvolvimento e autonomia da população em situação de rua, onde entram todas as estratégias de inclusão produtiva. O Bolsa Trabalho é mais uma delas, mas também a implementação, a regulamentação da norma que prevê que as empresas contratadas do Poder Público têm de incluir, no seu quadro, pessoas em situação de rua. Então, a Prefeitura entraria aí como uma grande gerenciadora dessa alocação de pessoas em situação de rua em trabalhos, seja de contratados do Poder Público, seja em frentes de trabalho como é o Bolsa Trabalho do Estado ou o POT do Município. Então, temos aí uma estratégia abrangente no eixo Oportunidade.

O programa está ainda em construção. Então, a pergunta “Quando o programa será publicado?”, ele ainda está em construção. Temos tido reuniões periódicas entre os Secretários, as equipes técnicas e o Prefeito Ricardo Nunes, que tem cobrado celeridade de todos nós. Mas como estamos propondo medidas muito inovadoras, que implicam também em um estudo de custo, um estudo da capacidade de implementação de toda essa inovação, essa complexidade tem levado um tempo um pouco maior para a regulamentação completa do programa.

“O Comitê PopRua tem sido ouvido?”. Sim. Eu já fiz uma apresentação para o Comitê PopRua, da concepção do programa tal qual estava há época, e não faz muito tempo isso. E apresentamos os eixos, as estratégias, a ideia de inovar no atendimento à população em situação de rua. E isso partiu de ouvir as pessoas em situação de rua, ouvir especialistas para criarmos uma situação própria para a nossa cidade. Embora nos espelhemos em experiências de outros países, de outras cidades, a cidade de São Paulo tem uma característica muito própria

e marcante em relação a isso. Só a título de exemplo, entre o Censo de 2019 e o Censo de 2021, tivemos um aumento de 7.500, aproximadamente, pessoas em situação de rua. Essa é a população em situação de rua do Rio de Janeiro. A gente ganhou a população inteira de rua do Rio de Janeiro em dois anos. É só para mostrar uma das características próprias da nossa cidade no que diz respeito a este tema.

O montante de recursos disponível na Secretaria de Governo é para poder fazer essas pesquisas e implementar o Programa no que for necessário. Como eu disse, o Programa ainda não está pronto para ser lançado, porém já está... Inclusive é a pergunta seguinte, e eu vou deixá-la mais para o Secretário Bezerra detalhar, que é a implantação da Vila Reencontro ali no bairro Armênia. Então tem já uma licitação, o Secretário é responsável por essa licitação, por essa contratação. Vou deixar para ele especificar que tipo de unidade é, como está sendo feita essa contratação, mas certamente ele vai mostrar como é um atendimento inovador, diferente de tudo que já foi feito até hoje nesta cidade para a população em situação de rua.

O Programa Reencontro apresentará ações de prevenção à situação de rua? Sim, toda a estratégia de inclusão produtiva, seja o Bolsa Trabalho, seja o POT, prevê também a inclusão de pessoas que ainda não estão na situação de rua. Até a Secretária Aline usou a expressão “população pré-rua”, que ainda não está na rua. Inclui aí essas ações de prevenção.

No eixo cuidado, eu falei integração de diversos serviços, entra também a parte de zeladoria urbana e de facilidades públicas, como criação de banheiros, bebedouros – que está aqui na pergunta nº 10 -, também estão incluídos entre as ações. Temos uma PPP voltada à construção de banheiros, especificamente, para aumentar o número de banheiros públicos na Cidade e a qualidade da sua manutenção também.

Sobre capacitação e empregabilidade eu já mencionei.

Qual a ligação entre o Programa Redenção e o Programa Reencontro. O Programa Redenção é voltado a pessoas em situação de vulnerabilidade e de uso abusivo de álcool e drogas. O Programa Reencontro é voltado à população em situação de rua. Ambas são populações em situação de alta vulnerabilidade, então eventualmente há algum cruzamento,

uma intersecção. Inclusive quando a gente encontra população de rua que está em uso abusivo de álcool e droga, ela é deslocada para o atendimento no Programa Redenção. A estratégia do Programa Reencontro não é feita para quem está em uso abusivo de álcool e droga, e a estratégia do Redenção não é feita para a população em situação de rua como um todo; é um público, um recorte específico, embora ambos os públicos em situação de alta vulnerabilidade social, sem dúvida.

A questão da regulamentação da lei que define a política municipal para a população de rua, que inclusive é de autoria do então Vereador Carlos Bezerra, está sendo estudada junto com a regulamentação do Programa Reencontro e, tão logo esteja pronta, será feita a apresentação dela pelo Poder Executivo.

Tentei responder a tudo que me cabia aqui, dentro do prazo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Só uma informação adicional.

Hoje o Programa Operação Trabalho, ou Bolsa Trabalho, qual é o valor da Bolsa Trabalho e que obrigações, responsabilidades há para quem se inscreve? E também quem é que tem direito de se inscrever, a partir de que idade, 18 anos, por exemplo? E por quanto tempo é o Bolsa Trabalho?

Isso é uma informação importante, até porque são inúmeras pessoas, por exemplo, que chegam ao gabinete procurando uma oportunidade de trabalho, então é importante que nós, vereadores, saibamos como informar a essas pessoas sobre tais oportunidades.

Permita também transmitir o seguinte: ainda recentemente recebi estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, muito preocupadas com os assaltos que grupos de rapazes têm feito de bicicleta. Por exemplo, na Praça da República, onde meu filho Supla mora, ele está impressionado com episódios em que pessoas de bicicleta se organizam para pegar celulares das mãos das pessoas que estão falando.

Será que, além do trabalho de segurança da Guarda Civil ou da Segurança Pública, poderia haver um encaminhamento desses rapazes para, por exemplo, um Bolsa Trabalho, para modificarem a sua estratégia de sobrevivência? Essa é a pergunta.

O SR. ALEXIS VARGAS - Sobre o Bolsa Trabalho, que é um programa estadual, com regulamentação que eu não saberia dizer de que ano, mas que já é antiga, não é recente, ele tem uma bolsa de aproximadamente 500 reais para trabalho de jornada de quatro horas...

O SR. DANIEL ANNENBERG – Quinhentos e quarenta – só corrigindo.

O SR. ALEXIS VARGAS – Quinhentos e quarenta. Ótimo, perfeito. Elegibilidade para o programa é 18 anos, para entrar o beneficiário. E, como eu disse, estamos correndo atrás para criar todas essas dez mil ocupações para pôr essas pessoas para trabalhar. Ele começa com uma capacitação, tem um foco grande e importante em capacitação, para que essa capacitação sirva não só para ele executar esse trabalho que ele vai desempenhar durante o recebimento da bolsa, mas que ele possa buscar, a partir daí, outras alternativas de trabalho após a finalização da bolsa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem.

Tem a palavra, Soninha Francine, por favor. Seja bem-vinda ao nosso encontro.

A SRA. SONIA FRANCINE – Obrigada, Vereador Suplicy, demais presentes. Como eu disse, eu ia lembrar as premissas básicas da construção do Reencontro. Digo premissas básicas mesmo porque existe praticamente um consenso em relação a elas. São demandas permanentes (Falha na transmissão) em situação de rua (Falha na transmissão) pessoas que sempre atuam junto à população em situação de rua.

Então, por exemplo, como até está repetido nas suas perguntas, Vereador, não pode demorar tanto para oferecer acolhimento. Nós precisamos ser mais ágeis na nossa resposta de oferta de acolhimento para a população em situação vulnerável em geral (Falha na transmissão) e o público que aumentou muito durante a crise (Falha na transmissão) pandemia, que é o de famílias com crianças, por exemplo.

Então é claro que a gente não pode deixar de atender os adultos, os idosos, mas, realmente, crianças, famílias com crianças a gente precisa ter uma inquietação, um incômodo de dar uma resposta ainda mais rápida.

E a gente precisa, nas ofertas de acolhimento, pensar em necessidades e desejos

também sempre manifestados pela população em situação de rua, quer dizer, oferecer (Falha na transmissão) mais privacidade. Até uma tipificação em geral dos serviços assistenciais a gente fala em privacidade como um dos direitos a serem atendidos. Mas nos modelos atuais de acolhimento não é nem possível oferecer privacidade como deveria.

Outra reivindicação histórica: mais autonomia. A população em situação de rua sempre fala, e qualquer um de nós sabe qual é a experiência de você, por exemplo, nunca poder escolher, num serviço institucional, o que você vai comer. A gente vai no Bom Prato, que tem uma qualidade excelente, mas não é você quem escolhe. Se você recebe uma marmita – e a gente distribui literalmente milhares de marmitas por dia –, mas, ainda assim, essa possibilidade do preparo e da escolha é algo que falta nos serviços.

Então o Reencontro tem isso como premissa também: a garantia do acolhimento, logo da privacidade, da autonomia e da preservação de vínculos. Porque também a gente tem até hoje, também historicamente, pouca oferta, uma oferta que não é na quantidade suficiente – não é nem sobre a qualidade que eu estou falando, mas da quantidade suficiente – de acolhimento de famílias, de grupos familiares.

Isso tem limitado o número de acolhimentos feitos, embora tenha aumentado muito nos últimos anos, inclusive no modelo de hotéis, pelo qual organizações que atuam com a população em situação de rua lutaram muito durante a pandemia.

Hoje eu não sei o número, o Secretário Carlos Bezerra, que administra isso tudo, mas hoje a gente tem centenas de vagas em hotéis, o que já garante uma boa parte desses direitos: privacidade, autonomia, diferente dos serviços antigos de acolhimento.

E outra demanda antiga que a gente está levando muito em consideração é a oferta de serviços para a população em situação de rua, de mais serviços integrados para atenção à população de rua. Todo mundo sabe que uma demanda muito frequente da Pop Rua é tirar documentos, documentos que são apreendidos, documentos que são furtados, documentos que são perdidos.

E não é tão fácil para a pessoa em situação de rua acessar os serviços atuais. Claro,

o Poupa Tempo é para todos, o Descomplica é para todos, mas a gente precisa tornar isso mais visível, mais acessível. É outra demanda histórica que muitas vezes a população em situação de rua nem sabe os direitos que tem, os serviços disponíveis para essa população. Isso é muito desafiador.

Para concluir, então a gente está falando das atenções integradas de Saúde, da própria Assistência Social, de capacitação profissional, de inserção produtiva, tudo isso (Falha na transmissão) demandas que a gente conhece há muito tempo.

Para concluir, vereadores e demais presentes, é sempre desafiador para a gente fazer a comunicação dos serviços, dos direitos e das formas de acesso. Nesse sentido a Câmara Municipal pode contribuir bastante. Durante a CPI da Violência contra a Mulher, uma das ações da CPI foi divulgar serviços e formas de atenção a mulheres vítimas de violência. Estava no nosso relatório como desafio, de sempre tornar isso mais conhecido, e a gente mesmo, na época, tomou essa providência. E hoje a Câmara Municipal tem um chamado *hot site*, uma página dedicada totalmente a isso, aos serviços disponíveis para mulheres vítimas de violência.

Então, quando o Vereador Suplicy pergunta como é que vai ser a forma de acesso ao Bolsa Trabalho, será um desafio para a gente comunicar para as pessoas em situação de rua, para milhares de pessoas em situação de rua, que haverá essas vagas disponíveis para capacitação e para experiência mesmo do trabalho em diversas áreas.

Muita gente não sabe até agora algo que a gente, eu pessoalmente e muitos de nós na Prefeitura lutamos há muito tempo, que hoje você tem uma equipe do Consultório na Rua 24 horas, onde hoje está o fluxo de usuários da Luz. E às vezes a pessoa está na esquina de lá da Rua Helvetia, na outra ponta do fluxo, e ainda não sabe que existe um consultório na rua ali, 24 horas, que tem banheiros e que tem água potável.

Então, além do desafio de ouvir todo mundo, que é permanente, a gente também tem o desafio de comunicar, comunicar as nossas ofertas para que as pessoas possam desfrutar adequadamente delas.

Obrigada e desculpem, eu me estendi mais do que eu pensava.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, querida Soninha Francine, que aqui expõe como pessoas podem ter acesso ao Bolsa Trabalho, complementando a exposição do Secretário Alexis Vargas.

Agora vamos passar a palavra para o nosso Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Carlos Bezerra Júnior.

O SR. CARLOS BEZERRA JÚNIOR – Bom, acho que tanto o Secretário Alexis quanto a Secretária Soninha deram um bom panorama e ofereceram respostas a vários dos questionamentos que estão colocados pela Comissão, que são importantes até para que a gente tenha mais clareza do andamento do programa, em que pé está, como é que estão sendo feitos os diálogos, enfim, o detalhamento disso tudo.

Do ponto de vista da Assistência, eu gostaria de destacar pelo menos três coisas que considero muito importantes para esse debate, que são ações que foram tomadas a partir de decisões do Prefeito Ricardo Nunes, no sentido de que a gente ofereça uma resposta a uma prioridade que vai a cada dia mais se impondo, que é o aumento expressivo da população em situação de rua na cidade de São Paulo.

Pelo menos três pontos eu gostaria de destacar. A primeira ação é que nós antecipamos em dois anos a realização do censo da população em situação de rua e, neste momento, estamos também realizando um censo de recorte específico, que é o censo das crianças e adolescentes em situação de rua, que não era realizado na cidade de São Paulo há mais de 15 anos.

O nosso censo foi antecipado por uma decisão estratégica de Governo, porque claramente se faz necessária para a construção de uma política como essa, com essa abrangência, uma política com esse grau de variedade, de ineditismo e de prioridade, se faz necessária uma radiografia o mais aprofundada possível da situação de quem hoje vive em situação de rua.

É inegável, e qualquer um de nós que militamos nesse campo, que atuamos nessa área há tantos anos, sabe que não se pode comparar o quadro da população em situação de rua

hoje, em São Paulo, no ano de 2021, por exemplo, com o quadro que nós tínhamos há dez ou há 20 anos. Não apenas do ponto de vista quantitativo, que reflete um tanto de outras questões, como nós debatíamos ontem inclusive, na Comissão de Direitos Humanos da OAB São Paulo, mas que reflete inclusive outros problemas macroestruturais que precisam também de um debate mais aprofundado. Porque tudo que nós estamos discutindo aqui são ações do poder público com relação a consequências do que vem acontecendo e à mitigação dos impactos sociais com relação aos direitos humanos elementares da população em situação de rua.

Mas, por exemplo, há fatores que são preponderantes. A política macroeconômica desastrosa hoje conduzida pelo Governo Federal, do meu ponto de vista; a política de baixíssimo enfrentamento de um problema que se reflete nas ruas de São Paulo, que é o problema do desemprego; e o enfrentamento das desigualdades sociais.

Isso tudo se escancarou, se aprofundou ainda mais com a pandemia, que reflete um aumento quantitativo da população em situação de rua na cidade de São Paulo, e que mostra um quadro, por exemplo, que reflete o Brasil e que pode ser compreendido dessa maneira, porque é uma questão nacional, tomando-se, por exemplo, o recorte de onde vem a população em situação de rua que nós temos hoje na cidade de São Paulo.

E o que a gente percebe é que o censo nos mostra que 40% são pessoas da cidade de São Paulo e 60% de fora da cidade de São Paulo; sendo, nesse recorte, 20% da Grande São Paulo e aproximadamente 40% de outros estados. O que pode ser explicado de várias formas, como eu estava dizendo, principalmente pelos fatores macroestruturais.

Além dos fatores macroestruturais, também refletem a cidade de São Paulo ainda como polo atrativo para expectativa de emprego dessas pessoas que para cá vem, e também como polo atrativo, no sentido de que nós temos a maior rede de acolhimento de pessoas em situação de rua da América Latina. Claro, temos dificuldades, temos avanços a serem conquistados, temos uma série de questões ainda a serem enfrentadas, sem dúvida, mas temos a maior rede de acolhimento da América Latina, e é o que a gente está procurando aprimorar e fazer funcionar de uma maneira cada vez mais eficaz.

Então, antecipamos o censo, que nos mostrou aquilo que visivelmente todos nós já sabíamos: um aumento significativo da população em situação de rua em torno de 31%, com 7.540 novas pessoas em situação de rua, em dois anos, com essa crise agravada pela pandemia, e tendências que mostram novas configurações dessa população em situação de rua, como, por exemplo, o aumento significativo da presença de pessoas que agora relatam ter outras pessoas com vínculos familiares em situação de rua. Um aumento de 111% nessas pessoas, saltando de aproximadamente 2.100 para mais de 5.200 pessoas, o que mostra a necessidade de resposta diferenciadas.

A partir disso, então, dentro desses três pontos de destaque, se pensa um programa intersecretarial, que vem sendo discutido entre as secretarias de Governo, para que, dentro desse quadro que nós temos de um aumento quantitativo significativo da população em situação de rua, dentro desse quadro conjuntural complexo, tanto sob o ponto de vista econômico, quanto sob o ponto de vista social, de um oferecimento de respostas diferenciadas daquelas que já foram tentadas ao longo das últimas duas décadas. Porque nós temos hoje, claramente, uma população em situação de rua do século XXI, com demandas do século XXI, mas, ainda, muito do nosso arcabouço jurídico, dos nossos marcos legais e das nossas políticas públicas tradicionais de enfrentamento a essa questão, que são da década de 80, 90; e que, comprovadamente, se esgotam e se esgotaram, com relação as suas possibilidades de respostas. E, aí, não dá mais para olhar, como ao longo de muito tempo, e como em muitos outros espaços do país, não dá mais para olhar a população em situação de rua como um bloco homogêneo, que é um erro gravíssimo, sob o ponto de vista conceitual, e ainda mais sob o ponto de vista humanitário, sob o ponto de vista humano, sob o ponto de vista de políticas públicas. Não é um bloco humanitário, constituído apenas de homens sozinhos, que estão em situação de rua há mais de cinco anos, que em sua maioria tem problemas com dependência de álcool e drogas ou de doenças psiquiátricas. Ou seja, claro que esse é um recorte significativo, mas olhar para a população em situação de rua sob esse único viés é um erro conceitual grave, e não se pode oferecer políticas públicas de respostas diferenciadas.

A partir disso, o Programa Reencontro inova, no sentido de que ele olha para a população em situação de rua, a partir dos dados levantados pelo censo, com sua heterogeneidade, com suas diferenças e procura ampliar o leque de respostas, de acordo com necessidades, com demandas específicas dessa população.

E basicamente se faz, sob o ponto de vista da assistência, se faz o quê? A gente está trabalhando na reestruturação do acolhimento. Então, hoje, estamos trabalhando na reestruturação da rede socioassistencial de acolhimento na cidade de São Paulo. Há dois equipamentos – e são duas mudanças bastante simbólicas do que está sendo feito - um na zona Norte, conhecido como Zaki Narchi. Aliás, inclusive apontado num relatório confirmando as informações que nós tínhamos, os levantamentos que fizemos, apontado pela Comissão de Direitos Humanos, com vários problemas estruturais e, também, o CTA 11, na Mooca. Dois equipamentos que passam por intervenção, onde nós fizemos, para se ter uma ideia da complexidade de uma mudança como essa, esses dois equipamentos com mais de 500 pessoas, acolhendo mais de 500 pessoas e com seríssimos problemas estruturais, desde problemas hidráulicos, de estrutura, elétrica, até infestação com percevejos. Para se ter uma ideia, Vereador Suplicy eu cheguei, a uma das incertas que eu tenho feito nesses equipamentos, eu encontrei no equipamento, no CTA 11 da Mooca, fezes no corredor do dormitório, numa das visitas que nós fizemos, por causa de denúncias que nos chegavam com relação à péssima qualidade da alimentação e do atendimento. E nós fizemos uma intervenção, foi trocada a organização.

E, a partir daí, nós iniciamos um processo de diálogo com a população do entorno, de diálogo com a comunidade, com os nossos irmãos e irmãs de rua que ali estavam para a melhoria da qualidade e para a remoção das pessoas daquele ambiente, daquele espaço que estava muito degradado.

Isso está em andamento. Os dois Centros estão em andamento. Para se ter uma ideia da complexidade disso, foram, ao todo - porque são dois Centros com aproximadamente 500 pessoas ou mais de 500 pessoas, muitas vezes - nós estamos trabalhando na reestruturação com Centros de no máximo 200 pessoas. Então, estamos trabalhando com prédios menores,

com menos vagas e um maior número de prédios para haver uma maior capilaridade dos serviços de atendimento na cidade.

Mas, por exemplo, para um Centro como esse, são necessários três imóveis. Para que conseguíssemos cinco imóveis, os cinco imóveis que foram negociados, que estão sendo negociados há cinco meses, foram mais de 82 visitas em imóveis para que se conseguisse aprovação. Porque quando se consegue uma coisa, há rejeição da comunidade. Aí quando não tem a rejeição da comunidade, a OSC não aceita, enfim, extremamente complexo. Mas, nós estamos trabalhando. Esses dois são exemplos claros da intervenção do Poder Público, que nós estamos fazendo e que a gente vai ampliando na cidade.

Quando a gente fala em novas demandas e reestruturação do acolhimento, então, nós estamos reestruturando o modelo dos CTAs. Eu pessoalmente, inclusive, acho esse nome CTA, um nome equivocado, mas não vou nem fazer essa discussão conceitual. Mas, acho que esse é um nome que precisa ser, inclusive, dentro do novo modelo que vem se aprofundando, abandonado para que venha um novo.

Nós tínhamos, até janeiro desse ano, aproximadamente 1.700 vagas em hotéis para a população em situação de rua. De final de fevereiro para cá, ampliamos, contratamos 1.500 novas vagas para a população em situação de rua, chegando, hoje, na cidade, a 3.200 vagas, aproximadamente, contratadas para o acolhimento da nossa população aqui na cidade.

E, por último, nessa reestruturação, aí sim vem a introdução do modelo de moradias temporárias, dentro do conceito do *Housing First*, moradia primeiro, como aqui citou o Secretário Alexis, que é um modelo bastante utilizado já em alguns países do mundo, como por exemplo o Canadá, que é um dos governos com quem nós estamos em avançadas discussões e trocas de tecnologias social, trocas de expertises, em que prevê as moradias temporárias. E, mais dois minutos, eu entro especificamente na resposta que me coube aqui, com relação às moradias temporárias. Vou, inclusive, mostrar aqui uma imagem.

Por último, falei antecipação do censo, da estruturação do acolhimento com suas várias modalidades e ampliação dos serviços e das estruturas a serem oferecidas, e também,

por último, a reestruturação da abordagem, que é outra questão importantíssima. Inclusive, ontem, tivemos um diálogo com os agentes dos serviços especializados de assistência, do CEAS, na cidade São Paulo, para que a gente faça um diálogo mais próximo possível com todos os envolvidos. Aliás, essa tem sido uma tônica, Vereador Suplicy, dessa gestão. O Secretário Alexis teve diálogos com o Comitê PopRua. Eu me reuni algumas vezes com representantes dos movimentos da população em situação de rua. O Sr. Robson, Anderson, o próprio Prefeito também o recebeu, nós expusemos o que está acontecendo e como está acontecendo, acolhendo sugestões, acolhendo críticas necessárias àquilo que está sendo apresentado. E não tem sido apenas por aí. Temos feito um diálogo diferenciado com os gerentes de serviços, com aqueles que atuam na ponta, enfim, com todos os agentes envolvidos nesse processo, porque é um processo construído a múltiplas mãos, de múltiplos atores nessa questão.

— Ou seja, sintetizando, aqui, a minha fala: nós precisamos de novas respostas. Estamos trabalhando com apresentação de novas respostas para novas demandas; com novos modelos que, inclusive, dialogam também com outros modelos fora do Brasil, como os que nós estamos dialogando no Canadá e na Colômbia.

E também queria apenas lembrar que hoje se faz necessário - o Alderon falou uma coisa importantíssima ontem, lembrou uma coisa importantíssima num debate da AIB - que nós precisamos tomar como um dos motes aí, eu me incumbi de falar e levar isso ao Prefeito, que é a questão de que nós precisamos - acho que a Soninha também falou um pouco disso - da necessidade da informação. Quer dizer, a gente precisa de campanhas publicitárias mais intensas para trazer informação dos serviços. Mas, não apenas isso, para quebrar muitos preconceitos, hoje, relacionados à população em situação de rua, que dificulta, inclusive, a reestruturação desse atendimento.

Para finalizar a minha fala, a pergunta é: houve uma liberação de recurso, aproximadamente 25 milhões para a contratação de empresa especializada por fornecimento de 350 unidades de ambiente de rápida implementação, conforme o pregão eletrônico nº 24/SMADS/2022, vencido pela empresa Cesar Sistemas Construtivos Ltda. No que consiste

essas unidades? Considerando que essas unidades estão no escopo da SMADS, elas são consideradas Centros de Acolhida? Qual a previsão de inauguração? Qual a forma de escolha dos beneficiários? E haverá tempo limite dos beneficiários nesse espaço?

Aí vou pedir para o Gustavo, para projetar aqui o modelo dessas unidades. O modelo vencedor do pregão eletrônico.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS BEZERRA JÚNIOR – Claro, mas eu posso seguir falando, enquanto eles colocam a imagem.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. CARLOS BEZERRA JÚNIOR – Posso dizer que esse é o primeiro projeto, é um projeto piloto, onde estão sendo contratadas 350 unidades. O endereço é na Avenida do Estado, num terreno que é da Prefeitura de São Paulo, que estava sendo utilizado por outro órgão público ligado ao Governo do Estado, mas foi devolvido à Prefeitura, para que pudesse ser ocupado com os primeiros módulos de moradia temporária, que deve criar um mínimo de aproximadamente 1.200 leitos. Eu prefiro a palavra leito a usar a palavra vagas. Será que dá para ampliar isso? Para todo mundo enxergar? Não sei se todo mundo consegue enxergar. Cada unidade como essa tem 18 metros quadrados, com quarto individualizado, garantindo as premissas da preservação da privacidade, individualidade, promoção da autonomia. Mas, unidades com 18 metros quadrados, com quarto, cozinha e banheiro, sendo adaptáveis, por causa do modelo de construção, que é um modelo de construção “C”, muitos bons índices de isolamento térmico e acústico e que também não é inflamável. Esse é um dos modelos. Tá aí, tá aqui. Boa. Esse é um dos modelos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS BEZERRA JÚNIOR – Isso se refere a uma moradia modular para uma família ou adaptável àqueles que forem para lá encaminhados.

Aqui está a imagem externa.

Aqui - acho que não dá pra enxergar -, mas tem até o detalhe de um número na placa

das moradias, para que o endereço garanta a individualidade, a autonomia e a dignidade. Então, nós temos o endereço. É um espaço com possível adaptação também para o acolhimento de *pets*. Haverá algumas unidades como essa, nesse local, com acompanhamento de vários outros serviços da Prefeitura que neste momento estão em diálogo e discussão.

Aí uma imagem interna noturna da pequena cozinha, enfim.

Previsões: O custo unitário que venceu a licitação é de 69.900; o custo total é de 24 milhões; a previsão de entrega é das primeiras 175 unidades em setembro, que é a primeira fase; e a segunda fase, de outras 175 unidades, em novembro.

A empresa vencedora já foi citada.

Enfim, a forma de escolha dos beneficiários está em discussão nesse momento pelos técnicos da SMADS e das Secretarias Estratégicas. O tempo limite dos beneficiários nesses espaços, a princípio, está sendo desenhado para 12 meses, podendo ser reavaliado para até 18 meses, de acordo com as possibilidades de autonomia de cada uma das pessoas e das situações envolvidas.

Eu acho que é isso. Então, isso é aquilo que traz de inovação, lembrando que, para finalizar a minha fala, esse é apenas um pequeno recorte de um programa muito mais amplo, que busca a maior variedade possível de respostas para que nós possamos garantir a maior dignidade, hoje, das pessoas que vivem em situação de rua.

E, nesse caso do modelo do *Housing First*, é uma forma, além de tudo, rápida e efetiva de retirada imediata da rua, tendo como prioridade o atendimento a famílias com crianças, idosos e pessoas, como apontou o censo, um grande aporte do número de pessoas há menos de dois anos em situação de rua, e pessoas há menos de dois anos em situação de rua.

Enfim, acho que era isso.

Ah, sim, esse vídeo que apresentamos aqui, apresentamos em primeiríssima mão. Ele é inédito, apresentado para os vereadores, para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado.

Só uma pergunta: poderá uma pessoa que se inscreva para estar... como é que se chama o programa?

O SR. CARLOS BEZERRA JÚNIOR - Reencontro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) –...Reencontro nessa forma de moradia também se inscrever simultaneamente para o Bolsa Trabalho?

O SR. CARLOS BEZERRA JÚNIOR - Sim. Essa análise toda que está sendo feita para interconexão, porque esse espaço... nós inclusive queremos discutir com os movimentos, com o próprio comitê, a gama de serviços públicos da Prefeitura a serem inseridos para o atendimento nessa primeira Vila Reencontro. Aí tratando das questões de documentos, questões de saúde, questões de inserção, questões laboral, enfim várias dessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem. Muito obrigado, então, Secretário Carlos Bezerra Júnior, pelas informações e apresentação inédita para esta Comissão de Direitos Humanos, dessa forma de acolhimento de pessoas em situação de rua.

Vou passar a palavra agora ao Sr. Robson Mendonça (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Ah, mas é que eu não vi o Darcy.

Darcy Costa, então. Bem-vindo, tem a palavra, por favor.

O SR. DARCY COSTA – Gostaria de cumprimentar a todos, na pessoa do Vereador Suplicy. Bom dia, de fato, a Prefeitura vem desenvolvendo alguns programas inéditos, digamos assim, na cidade de São Paulo. O primeiro empreendimento entregue a população em situação de rua, depois de cinco anos de luta, em 2013, o processo Asdrubal do Nascimento, a gente começou nessa luta encaminhada dentro da Prefeitura, foi entregue na gestão do Bruno Covas, em fevereiro de 2018, se não me falha a memória, e a gente sempre teve uma dificuldade muito grande de garantir o acesso a privacidade, a um acolhimento com dignidade.

As propostas que têm surgido, tanto do Carlos Bezerra, como também do João Farias é uma proposta que tem sido pautada dentro da bandeira do movimento. Ter uma moradia, um

acolhimento com qualidade e dignidade, como, por exemplo, da Vila Reencontro, é fato que a população em situação de rua prefere habitar uma estrutura, como a Vila do Reencontro, do que continuar nos albergues ou continuar debaixo das marquises, ou nas barracas. Quanto a isso, eu não tenho nenhuma queixa em relação a isso, o programa é válido.

Realmente, a possibilidade de entrega da Vila Reencontro é muito mais rápida, comparada com os empreendimentos das PPPs previstas dentro do Programa Pode Entrar, da cidade de São Paulo. Também viemos batendo bastante na Secretaria de Habitação para que possamos escrever novas entidades, para que possamos também apresentar a população em situação de rua, que tem as suas demandas a apresentar.

Infelizmente a cidade tem um déficit muito grande, tem uma fila muito grande. Estamos esperando uma janela de abertura para novas inscrições de entidades para que uma demanda da população em situação de rua possa ser apresentada. Sei que nenhum projeto também é perfeito, ele tem os seus desafios e os seus desafios estão no próprio valor do terreno da cidade de São Paulo, não é o valor de um metro quadrado barato. Os investimentos não são baratos e dentro das propostas de entrega de moradia da população de rua, não se consegue entregar em menos de três anos.

Sobre a questão dos POTs e da Bolsa-Trabalho, a gente vê uma diferença de valores considerável entre o município e o estado, mas já se criou uma expectativa da população em situação de rua em relação a isso. Então, mal dá para se falar, é isso, para não tomar o tempo dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Darcy, Coordenador Nacional do Movimento Pop Rua.

Agora passamos a palavra ao Robson Mendonça, Presidente do Movimento Estadual de Pop Rua.

O SR. ROBSON MENDONÇA – Bom dia a todos e todas, estou vendo que mulheres nesse debate só a Soninha que eu enxerguei no momento, mas quero saudar em nome dela todas as mulheres que estão aqui presentes, elas merecem prioridade. Saúdo, em nome do

nosso ilustre e sempre Senador Suplicy, os demais aqui da mesa e os que estão *on-line*. Em primeiro lugar, vou questionar o Bolsa-Trabalho, ou seja, bolsa eleitoreira, é isso, porque cinco meses para 540 reais é ridículo. Tudo bem, tem alguma coisa, uma pequena oportunidade para a população de rua, mas veja a diferença do Bolsa-Trabalho para o POT, quatro horas de Bolsa-Trabalho, quatro horas o POT, 450 reais o Bolsa-Trabalho, 850 reais o POT, duração cinco meses, Bolsa-Trabalho, duração mais de dois meses o POT.

Então, existe uma diferença muito grande, é uma questão eleitoreira já que estamos em época de eleição. Essa é a realidade e eu trabalho com a realidade. Secretário Bezerra, eu acho que o senhor fez uma pequena salada de frutas quando falou em rede forte, para um ano, e tal. Esse programa é para quem tem mais de cinco anos de rua, e não para quem tem um ano ou menos, agora, o que é interessante pensarmos...

O SR. CARLOS BEZERRA JÚNIOR – Perdão, Sr. Robson, eu não entendi.

O SR. ROBSON MENDONÇA – Quando o senhor falou em rede forte, moradia primeiro é para pessoas com mais de cinco anos de rua, e não de um ano de rua como o senhor falou, há um pequeno equívoco, é normal, às vezes, a gente se equivocar.

O SR. CARLOS BEZERRA JÚNIOR – Não, não é um equívoco.

O SR. ROBSON MENDONÇA – Outra coisa, Secretário, a Prefeitura, eu sei o trabalho e o empenho que vocês vêm fazendo, o Secretário vem fazendo, e os demais Secretários vem fazendo para a questão da população em situação de rua, mas não se pensam num recorte para a população em situação de calçada. Eu não vi pensar isso aí. Onde é que está a população em situação de calçada? Está esquecida das Secretarias.

Hoje o movimento briga para que tenhamos um canto onde possa se ter uma barraca, onde o rapa não vá tirar os pertences das pessoas, principalmente nessa época de inverno, onde há casos, que segundo alguns, não quer dizer, mas aquele que morreu dentro do equipamento, após ter dormido na rua, pode ter sido nada mais nada menos do que hipotermia. Mas não houve morte por hipotermia, é o que dizem.

Mas acontece que a gente tem essa clareza pelos sintomas que ocorreram. Não sou médico, mas já tenho alguma noção sobre essas questões. Para pessoas de calçada, tem que haver um recorte, Secretário, porque pessoas em situação de rua que estão nos abrigos, que estão na rede assistencial, é pensado em hotel, é pensado nisso, é pensado naquilo, é pensado naquilo outro. Agora, até o POT, para quem está na calçada, porque para entrar no POT tem que estar abrigado, tem que haver abrigamento.

Então, essa questão, temos que pensar com um certo carinho. Eu sei do compromisso do Prefeito, eu sei da questão dos Secretários, que estão na batalha para que isso aconteça, mas para mim que vim de calçadas e que vim da rede assistencial, foram seis anos, três de calçada e seis da rede assistencial, a gente sempre notou essa diferenciação, sempre, situação de rua, situação de calçada, se houver vaga em equipamentos, se houver vaga, se houver vaga... aí o camarada fica tanto tempo na calçada que, quando se oferta um equipamento da rede, ele diz: “Não, não quero porque já bati tanto nessa tecla e nunca consegui, só pernoite, pernoite, pernoite, pernoite, às vezes nem pernoite a gente consegue.”

Então, essas são questões que temos de estudar, pensar nesse recorte, porque é uma grande demanda, existe uma grande vacância na rede assistencial para abrigamento dessas pessoas que estão nas calçadas.

Como o meu tempo está curto, eu simplesmente quero dizer o seguinte: a questão da moradia que está sendo proposta pela Secretaria de Assistência Social, que não é obrigação, e sim da Secretaria de Habitação, mas vemos com um certo orgulho que está sendo feita alguma coisa em prol da população, só que aquele negócio de tempo da população é muito limitado, tem tempo para entrar, tem tempo para não sei o quê, até o tempo para morrer já está destinado, porque ele vai ficar na calçada mesmo. Então, seria possível a gente pensar uma melhora e eu acredito que é um pontapé inicial. Dou parabéns, mas precisa pensar em algo mais.

Agradeço a todos essa oportunidade e muito obrigado mais uma vez. Estamos juntos.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra o Sr. Anderson

Lopes Miranda, do Movimento de Luta em Defesa da Pop Rua.

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Obrigado, Vice-Presidente e Presidente em exercício dessa Comissão, que expresse o mais elevado grau de estima, nobre Vereador Eduardo Suplicy, onde saúdo todos os Vereadores e Vereadoras da Casa. Gostaria de saudar a Secretária Soninha Francine, Secretário Alexis e o Secretário Bezerra.

Eu estimo muito e peço com muita atenção que respeitemos o Comitê PopRua. Eu não estou falando isso para a Secretária Soninha, porque eu sei que ela faz esse trabalho, mas as outras Secretarias que levem essa pauta para o Comitê. A última vez que foi discutida essa pauta foi em dezembro do ano passado e vai ser discutida, agora, quero pedir aos Secretários Alexis e Carlos Bezerra para irem lá e que apresentem às representações nossas, da sociedade civil e do Governo, que está lá, para que tenhamos um fortalecimento dentro do Comitê eleito, foram eleitas as representatividades. É um conselho de monitoramento e de fiscalização deliberativa. Eu queria pedir isso.

Queria dizer, Bezerra, que estou usando touca, porque eu peguei várias doenças quando eu saí da rua: reumatismo, labirintite, e eu tenho problema no ouvido. Eu sei que a maioria da rua está doente também e fica doente também, quando sai da rua. A gente pensa que está curado, mas não está, a gente fica mais doente ainda. Por isso que temos de cuidar da nossa população.

Eu queria pedir um prazo, temos a tipificação e eu sou conselheiro em rede nacional e a tipificação é de 2009 e todos os serviços da assistência social não podem colocar prazo, não podem determinar prazo. “Daqui seis meses você sai, daqui um ano você sai”. Esse programa, se a gente começa com um prazo, parece produto do meu cabo, que venceu você tem de tirar tudo e colocar outro. Gestores, por favor, temos de tomar cuidado com isso, não colocar prazo, mas a partir do momento que você coloca numa moradia definitiva, você vai colocando outras pessoas. O tempo quem tem de fazer é a assistente social, é o psicólogo, é o acompanhamento social. Qual o seu projeto de vida? Da noite para o dia não se constrói um projeto de vida, não se constrói um projeto de vida para um morador, para uma moradora em situação de rua,

perdoem-me, isso é tempo, isso é temporalidade, é tempo, não pode se dizer que agora venceu o prazo.

Eu sei que isso está escrito no programa, mas tem só de tomar cuidado com isso, pelo amor de Deus. Eu peço muito isso, Secretário, para tomar cuidado com isso, porque já fiquei três anos num equipamento, quando eu saí, saí para moradia definitiva e outros companheiros e companheiras aqui. Então, tem de tomar muito cuidado com essa temporalidade (Falha na transmissão) *Housing First* e de programas. Não vimos a discussão (Falha na transmissão) que a gente está prevendo, precisa trazer uma discussão de moradia e ver para onde a coisa vai, se vai para moradia definitiva, ontem, quando a gente conversou com o Secretário da Habitação.

Eu queria pedir também, porque meu tempo é curto, para a gente prestar atenção e não ficar nesse sentido de que não houve nada para a população em situação de rua e está se começando agora. O Pronatec, a Soninha sabe disso, todos sabem disso, foi um programa de excelência do Senac, que capacitou mais de três mil pessoas em situação de rua. O Senac tinha bolsa, das gestões passadas e temos que respeitar e ver isso também, tivemos um Pronatec, gente trabalhando, gente não trabalhou, gente precisou disso, então não vamos dizer que tudo está começando agora, porque parece que tudo para a população de rua, muda a gestão e começa, e daí o que passou não fica. Tivemos aí como o Darcy colocou o Asdrúbal, que hoje é uma excelência de programa para a população em situação de rua.

Tenho outras coisas para falar, mas eu queria pedir a V.Exas. que prestem atenção nisso. Eu não estou criticando, mas pedindo que tomem cuidado. Quando falam que estão começando agora, estamos olhando para fora do Brasil e não olhando para dentro do Brasil, para dentro da cidade, e não colocar tempo no prazo, gente, pelo amor de Deus, um ano, dois anos, dá tempo ao tempo para as pessoas se colocarem de novo na cidadania, na dignidade, no respeito.

Obrigado, desculpe-me aí se eu falei algum borogodó.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Anderson Lopes Miranda.

Agora, vamos aos munícipes inscritos pelo *site*. Thiago Gomes Marcílio, tem a palavra, temos de limitar o tempo em três minutos no máximo, por favor.

O SR. THIAGO GOMES MARCÍLIO – Primeiramente, bom dia a todes.

Eu sou Thiago Gomes Marcílio, advogado e pesquisador do Centro de Inteligência Artificial da USP. Cumprimento a Comissão, na pessoa do Vereador Eduardo Suplicy, elogio o relatório sobre o Centro de Acolhida, agradeço a Marilene Gerônimo, a Pedro Candia, Kelseny e Amanda Pascoal. A minha fala vem elucidar riscos potenciais para a população em situação de rua que podem ser causados pelo reconhecimento facial. Em 5 de maio de 2020 o edital 01 de 2019 foi republicado pela Prefeitura de São Paulo com pedido de doação de drones com reconhecimento facial para uso específico da cracolândia. Essa semana uma empresa americana propôs uso de drones com *teaser* para controlar ataques com armas de fogo em escolas. Ontem a mesma empresa desistiu da ideia, mas grupos vulneráveis podem ser atingidos no futuro por essas tecnologias.

Eu trago ainda outros riscos como prática de higienismo tecnológico e a obrigatoriedade de coleta de dados faciais para uso de serviços públicos que colocam em risco diversos movimentos sociais da cidade de São Paulo. Indo além, no dia 19 de maio, morreu Isaias de Farias, 66 anos, antes de se alimentar na obra apoiada pelo Padre Júlio Lancelotti. Uma semana antes eu estive de pé onde Isaias morreria. É preciso entender que nessa economia de dados há valor infinito num rosto reconhecido, mas o ser humano passa a ter o valor finito. Por isso, recomendo a Comissão de Direitos Humanos da Câmara que acompanhe o uso dessas novas tecnologias em ambientes com populações vulneráveis, que acompanhe o PL municipal para a licitação de novas tecnologias e o PL 227/2019, que altera a política municipal de inclusão digital.

Eu lembro que estamos num ponto de inflexão e é importante que a academia e o Poder Público fomentem a criação de um observatório dessas novas tecnologias. Por fim, quero destacar o nosso compromisso que deve ser o de garantir que as novas tecnologias sejam socialmente sustentáveis e não fomentem riscos existenciais contra a população. Essa é a minha

contribuição para a defesa dos direitos da população em situação de rua no contexto do Programa Reencontro.

Parabenizo mais uma vez a Comissão e expresso a minha gratidão pelo espaço de fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, Thiago Gomes Marcílio, por sua contribuição muito significativa como membro do Centro de Inteligência Artificial da USP.

Tem a palavra o Sr. Alderon Costa, do Fórum da Cidade de Defesa da População em Situação de Rua.

O SR. ALDERON COSTA – Obrigado, Senador Suplicy, nosso eterno Senador e Vereador, a quem cumprimento também todos os outros. Para ganhar tempo, vou direto aos pontos. Quero concordar com todas as falas feitas anteriormente, e vou tentar não repetir as mesmas coisas; mas seria imprescindível reforçar o convite, Secretário Alexis, para estar conosco no comitê no dia 15. Será muito importante esse diálogo. Acho que estamos amadurecendo o Reencontro. Hoje sua fala resumida foi muito importante, mostra que o Reencontro está criando uma certa consistência. Acho que isso é importante, mas seria muito bom que se eu estivesse conosco no comitê para fazermos esse debate e com todos os companheiros e companheiras.

Quero trazer algumas questões. Em primeiro lugar, não ouvi falar nada sobre segurança alimentar. Não sei se seria possível, mas temos defendido isso. É muito importante a gente pensar segurança alimentar para toda a Cidade, e não só para a população em situação de rua.

Sobre a questão da Bolsa Trabalho, já falaram bastante. Eu quero lembrar o Secretário do Carlos Bezerra que o Lucas esteve em uma reunião. Por favor, cobre dele um relatório dessa reunião, porque lá foram faladas várias questões antigas, como pessoas em situação de rua que vão para fazer curso. Fazer curso morando na rua é quase impossível, assim

como trabalhar ficando em rua também é quase impossível. Então, peço que o Lucas repasse para o senhor esse relatório, no qual não vou entrar muito.

Temos que entrar no problema da zeladoria, Alexis. Não conseguimos resolver ainda, e agora, no frio, isso complica mais ainda. Está havendo a retirada de cobertores, blusas *etc.* Agora mesmo recebi uma mensagem que lá na Sé retiraram as blusas e os cobertores de uma família. Então, essas são questões que a gente vai precisar pensar.

A questão do Redenção, a internação involuntária nos preocupa muito, Secretário. Seria muito importante que esta Comissão de Direitos Humanos trouxesse essa temática numa próxima reunião, especificamente discutindo o Redenção. É claro que é uma tentativa de resolver um problema complexo ali na região da Luz, mas já temos clareza de que internação involuntária não é a solução.

A questão do programa Retornar não foi discutida no comitê; então, seria importante esse programa ser discutido pelo comitê, pois ele tem muitos problemas. Já detectamos várias questões nele. Esse programa é muito importante, mas, do jeito que está, não vai funcionar. A gente já sabe disso. Estou sendo bem telegráfico para ganhar tempo.

Outra questão que já foi falada é a da integração dos trabalhos. Eu acho que isso é essencial. Conversávamos ontem com o Bezerra a questão da administração da SMADS, de pensar a descentralização, a fiscalização, o monitoramento na parceria. Não é fiscalização policialesca, mas é importante. Além disso, qualificar também as organizações, e não só o serviço e a estrutura do serviço.

Acabei de receber um documento que mostra que na regra do hotel o primeiro item é que só pode entrar quem tiver todos os documentos, coisas assim. Provavelmente o senhor não sabe disso ainda, mas vou compartilhar no seu celular para o senhor ver os absurdos. Parece uma cadeia: tem revista e várias outras questões. E hoje nós já temos tecnologia social, de atendimento, que pode amenizar essas regras autoritárias. Mas eu compartilho. E essas regras autoritárias nos serviços são um problema, já conversamos sobre isso.

Era isso. Temos muitas questões ainda para avançar, mas estamos no caminho

certo, mantendo esse diálogo. Acho que esse é o caminho mais acertado que a Prefeitura tem. Agradeço o espaço desse debate tão importante para tentarmos diminuir a dor dessa população que sofre tanto na cidade de São Paulo, principalmente agora no frio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Alderon Costa, pela sua contribuição, ao lado de todos os que estão aqui hoje contribuindo muito.

Próxima inscrita, Fernanda Lorenzi Lazarim, moradora do Bom Retiro, por três minutos.

A SRA. FERNANDA LORENZI LAZARIM – Olá. Sou moradora da região do Bom Retiro, tenho acompanhado o projeto Reencontro. Acho uma iniciativa válida; porém tenho preocupação, em virtude de acompanhar alguns equipamentos da Prefeitura, sobre como vão ficar os arredores. Porque, geralmente, como o próprio Bezerra colocou, gerenciar mais de 500 pessoas já é um problema nesses centros de acolhimento. Então, minha grande preocupação é com a zeladoria do local. São 350 casas, quase 1.600 pessoas naquele lugar. Como vai ficar essa zeladoria? Teoricamente, é um condomínio. Quem vai cuidar desse condomínio? É legal as pessoas terem autonomia, é legal elas terem um número de casa para serem identificadas.

Acho que tudo isso está indo além do que já existe, e é importante para que a pessoa volte, se reintegre à sociedade. Mas a zeladoria, a administração dessas 350 casas - que seria como um condomínio qualquer com 300 vizinhos - é minha grande preocupação. Ainda não entendi como isso vai ser gerenciado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Fernanda Lorenzi Lazarim.

Próxima inscrita, Marilene Jerônimo da Silva Maciel, do Comitê Cidade Ademar, Pedreira e Jabaquara. (Pausa) Está ausente.

Próximo inscrito, José França, usuário da rede socioassistencial. (Pausa) Está ausente.

Pergunto se algum dos presentes quer se inscrever. (Pausa)

Tem a palavra Kelseny Medeiros Pinho, assessora da Vereadora Erika Hilton.

A SRA. KELSENY MEDEIROS PINHO – Obrigada, Vereador.

Acho que a grande questão, como nossos colegas reforçaram, é a necessidade de que esse projeto seja efetivamente debatido no comitê. Nossa última reunião foi no dia 3 de dezembro; então, faz muito tempo. A impressão que a gente tem é que o comitê está sendo informado sobre os passos que estão sendo tomados no Reencontro, e não necessariamente debatendo o projeto.

Do ponto de vista do acolhimento, acho que a coisa que mais preocupa, Secretário, é a divisão por perfis de renda, que a gente entende que é uma coisa necessária a ser feita pelo que você falou, de não tratar como um todo homogêneo as pessoas em situação de rua, que são muito heterogêneas. Mas nos preocupa essa divisão no sentido de a oferta qualificada de moradia ser restrita a determinados perfis, principalmente em relação às pessoas que estão há muito tempo na rua. Aí, temos que lembrar que 72% da população de rua, pelo censo, estão na rua há mais de 2 anos. Assim, projetos voltados a especificamente pessoas que estão há menos de 1 ano na rua causam preocupação porque não atingem a massa da população de rua, que está na rua há mais de 2 anos. Temos preocupação em como atingir esse perfil.

Eu considero a preocupação do Robson e do Anderson, que falaram sobre a questão do tempo, porque eu tenho uma preocupação muito grande de a gente utilizar a terminologia *housing first* como *slogan* e não nos atentarmos aos projetos – inclusive do Canadá, cuja experiência você mencionou – que estão implantados há muito tempo.

Existem princípios, existe uma metodologia para se chamar um programa de *housing first*. São dois os princípios fundamentais. Um deles, o acesso imediato; o outro, a permanência por tempo indeterminado. Então, a pessoa ficará na moradia pelo tempo que precisar. Não significa que ela vai ter que ficar na Vila Reencontro sete anos, mas tem que ser ofertada uma alternativa de moradia para ela sair daquela Vila, por exemplo. Essa é uma questão.

A outra questão é o projeto ser voltado para pessoas em situação de crônica de rua,

inclusive com o uso abusivo de álcool e drogas. A *Housing First* foi pensada para essas pessoas originalmente e provou que ela é mais bem-sucedida do que é um modelo de etapas de entrada no albergue. Essa é uma questão que eu quero que seja esclarecida: qual é o critério para o público que será atendido pela Vila Reencontro?

Eu tinha uma segunda questão, mas me deu um branco. Vou me organizar melhor e depois eu formulo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, Kelseny.

Tendo sido feitas as indagações e observações da sociedade civil, passo a palavra para o Secretário Alexis Vargas para responder as indagações e observações.

O SR. ALEXIS VARGAS – Aproveito para cumprimentar os Srs. Darcy, Miranda, Alderon, grandes defensores dessa pauta, estão envolvidos na causa e com os quais já tivemos algumas reuniões, sempre tentando colher as sugestões para incorporar ao Programa Reencontro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Secretário Alexis, acho que ninguém vai pegar Covid. Pode remover a máscara. (Pausa) A Kelseny lembrou a pergunta.

A SRA. KELSENY MEDEIROS PINHO – É sobre a estratégia preventiva, Sr. Secretário. O senhor falou sobre a questão do emprego. Mas temos uma questão. A Campanha Despejo Zero está dizendo que se a ADPF que impede o despejo findar os seus efeitos e a gente não tiver nenhuma proteção, estima-se que nacionalmente 250 mil famílias vão ficar sem moradia. Eu lembro do caso da Rua Augusta, recente, onde houve aquela reintegração de posse que a Cidade inteira viu. Eu sei para onde as pessoas foram: elas foram para outra ocupação. Elas não foram para o sistema de acolhimento da Cidade, não foi ofertado acolhimento a elas. Inclusive, durante a reintegração de posse, elas foram proibidas de comer, a polícia interditou a entrada de comida durante a reintegração de posse. Nós não temos apoio da prefeitura nessas situações de reintegração de posse. Elas não foram para o acolhimento, elas foram acolhidas em outras ocupações.

Então, uma preocupação da estratégia preventiva é: como o Programa Reencontro tem dialogado com essa situação, por exemplo, dos despejos?

O SR. ALEXIS VARGAS – Primeiro, sobre o convite para o dia 15, Alderon: está aceito. Estarei com vocês lá, é sempre um prazer participar desse diálogo. Quando quiserem tratar do programa Redenção, estou totalmente disponível também.

Sobre o Bolsa Trabalho para as pessoas em situação de calçada, realmente é sempre mais difícil. Não estamos restringindo a quem não está em situação de calçada, mas sempre tentando resgatar. Como eu disse, tem muita gente que entrou há pouco tempo na situação de rua, inclusive na de calçada. Acreditamos que, colocando essas pessoas no programa de moradia rápida, como a que apresentou aqui o secretário Bezerra, e colocando no Bolsa Trabalho ou no POT, a depender do perfil da vaga, isso pode dar uma ajuda muito boa, importante para tirar as pessoas da calçada e lhes dar uma capacidade de retomada da sua autonomia de trabalho e renda e de melhora da sua situação socioeconômica como um todo.

As demais questões, eu acho que o Secretário Bezerra tem melhores condições de responder, pois se relacionam com a Operação Baixas Temperaturas e com os critérios de priorização da população para o atendimento. Então, prefiro passar a palavra para o Secretário Bezerra responder as demais questões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Então, podemos passar a palavra, antes, à Soninha Francine?

A SRA. SONINHA FRANCINE - Acho que é importante ouvir todos os apontamentos, e com certeza a gente vai discutir sobre isso. Vi aqui a anotação do Alderon sobre acolhimento, adiantamento para pagar um aluguel. Essa é uma preocupação que vocês manifestam muito, que é o fluxo de acesso. Desde que o conheci o Anderson, a gente fala em porta de saída. Essa parte me preocupa muito pelo seguinte: a gente tem que prever uma porta de saída, sem dúvida; autonomia real, de a pessoa escolher onde vai morar, de resolver se quer alugar um lugar na Liberdade ou no Jabaquara; O que para mim não é fácil definir é o prazo de saída, porque os equipamentos antigos, como o Bezerra fala, dão um prazo: 6 meses, e pode ficar mais 6 meses.

Sabemos que tem pessoas que estão em centro de acolhida há anos, e talvez essas pessoas tivessem a condição de sair, porque têm uma aposentadoria, porque têm um LOAS, porque teriam condição, mas elas não se organizaram para sair, elas estão satisfeitas. Eu não sei como, mas estão satisfeitas vivendo há anos num centro de acolhida, num Prates.

Ao mesmo tempo, a gente espera – e a gente vai fazer um conjunto de ações para isto - que as pessoas tenham autonomia e possam sair do sistema, da instituição. Mas o que que a gente faz se não funcionar, entendeu? E se, depois de 6 meses, 1 ano, a pessoa, por mil razões da conjuntura econômica, por causa da condição de cada grupo e de cada indivíduo, não tiver saído? Essa é uma discussão até sobre o *camping*, que o Sr. Robson mencionou aqui. O *camping* é para ser temporário e provisório, claro; ninguém espera ficar para sempre numa barraca. Mas como a gente garante? Se passou o período do inverno rigoroso, se passou o prazo que a gente previa para aquele temporário, e não existe uma condição real de autonomia para essa família, o que a gente faz?

Então, esse é o tipo de coisa que só debatendo com muita gente. Eu não acho que alguém tenha a resposta pronta para isso, e o nosso compromisso é continuar debatendo. Acreditem, a gente debate muito entre a gente mesmo, entre nós Secretárias e Secretários. Chamamos para conversa a Saúde, a Habitação, procuramos uma saída. E os cachorros? E os gatos? “Não, mas a Vigilância Sanitária não pode permitir isso, aquilo”. Gente, sejamos realistas: na minha casa, eu durmo com o cachorro dentro do quarto. Por favor, Vigilância Sanitária.

Então, acreditem quando eu digo que a gente discute muito entre a gente. A Secretaria de Direitos Humanos tem o compromisso de continuar falando dos nossos desafios, das nossas próprias dificuldades e ouvindo muito vocês. E sou testemunha de que o Secretário de Assistência Social tem recebido grupos, coletivos, movimentos, conselheiros eleitos; e, lógico, esse é um compromisso dele também.

Obrigada, gente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, querida Soninha Francine, Secretária de Direitos Humanos.

Agora, para conclusão, passamos a palavra ao prezado Secretário Carlos Bezerra Júnior, para suas considerações e respostas às observações e perguntas feitas. Por favor, a palavra é sua.

O SR. CARLOS BEZERRA JÚNIOR - São muitas perguntas, muitas considerações, muitas indagações, temos pouquíssimos minutos. Vou tentar pontuar, fazer duas ou três pontuações que talvez incluam a maioria das questões que foram colocadas.

A Secretária Soninha terminou falando sobre a questão do diálogo, então eu queria pontuar algo que acho muito importante, o seguinte: talvez alguém que chegue aqui de forma mais desavisada, ao ouvir as falas, no sentido de que há pouco diálogo, ou que o comitê não está sendo ouvido, ou mesmo que os movimentos não têm sido consultados e tal, eu, pessoalmente, quero divergir disso de maneira radical. Na minha claríssima percepção - e não apenas percepção, mas participação -, e, nesse momento, falo do meu papel como Secretário de SMADS, e, mais uma vez, pessoalmente, não me lembro de faltar diálogo, e não só com os movimentos. Temos feito inéditas assembleias populares com o pessoal em situação de rua nas regiões e nos bairros. Não me lembro, embora recente, estou há 20 anos na vida pública, não me recordo da SMADS atuar dessa maneira e não acho que aqui tenha acontecido isso. Não estou querendo ser cabotino, mas estou sendo muito claro sobre fatos. É importante, sim, nós diferenciarmos as coisas.

Portanto, dizer que não há diálogo; que não está acontecendo; talvez, o que ocorra é que não haja o diálogo que se gostaria de ter numa situação ideal, enfim, mas diálogo não apenas há, como ele é permanente e diversificado, como nunca aconteceu antes, inclusive em gestões anteriores. É importante nós dizermos isso.

Outra menção, igualmente importante, é que disseram o seguinte: "Moradia não é questão da SMADS, a SMADS não tem de estar fazendo moradia". Com todo carinho do mundo que tenho pelo Sr. Robson, ele até disse "acho que você se confundiu e tal". Vejam, não me confundi. Não estamos falando de mitigação do déficit habitacional da cidade de São Paulo, porque a mitigação do déficit habitacional de São Paulo é uma atribuição da Secretaria de

Habitação.

Quando falamos um serviço de moradia temporária como mais uma possibilidade inovadora, inédita, dentro de um leque de oferecimento de respostas, diferenciadas a demandas específicas, é disso que estamos falando, quando nosso modelo *Housing First*, eu também pinçelo a fala da Kelseny, concordo em parte com o que ela disse com relação ao *Housing First* em outros países, nos conceitos do *Housing First*. Mas, nós temos um programa inspirado em conceitos do *Housing First* dos outros países, sendo aplicado a uma realidade, a um contexto brasileiro e paulistano, que está sendo adaptado e construído a muitas mãos, para o qual estamos ouvindo o maior número possível de pessoas.

Ao mencionarmos tempo e prazo, que o Anderson comentou, veja, não vou entrar na discussão conceitual do tempo e prazo, acho até porque nem é essa proposta da Comissão. Mas quando coloca essas questões da possibilidade de um prazo a ser reavaliado, com toda a equipe multiprofissional, com todos os serviços que serão aplicados, é porque temos um objetivo claríssimo que é a autonomia. Ocorre que está tão difícil falar nisso, em virtude daquilo tudo que foi feito até hoje, e que, aparentemente, não conquistou a autonomia desejada, mas eu queria rebater com dados, pois são fundamentais, porque acreditamos que esse apoio intersecretarial, que esse apoio também do gerenciamento de uma outra organização... (Pausa) sim, vou encerrar, então, de uma outra organização fazendo esse gerenciamento com expertise e tal, procurando autonomia, só queria deixar registrado os dados. Esses dados são importantes, porque mostram que a autonomia é perfeitamente possível.

Nos últimos dois anos, quase 40% das famílias em situação de rua deixaram as vagas de abrigos, aqui, na Cidade, e conquistaram autonomia ao retomar a rotina de trabalho e se estabelecerem em moradias fixas ou transitórias. E é isso que estamos buscando. Autonomia!

Inclusive, no desenho que estamos fazendo do programa, a minha defesa é: ao sair do serviço de moradia temporária, que aquela família ou aquela pessoa, no momento em que ela recupera autonomia, que ela esteja vinculada a um Programa Municipal de Moradia Definitiva.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS BEZERRA JÚNIOR - Perfeito, não tem problema, é mais um minuto.

Segundo a Coordenadoria do Observatório da Vigilância Socioassistencial da Secretaria, o COVS, entre 2020 e 2021, das 2,4 mil famílias que deixaram a rede de acolhimento da Administração Municipal, olha só, números, estou falando de fatos, 945 foram classificadas como 'saídas qualificadas', que é quando a mudança se dá para uma moradia autônoma ou transitória para retomar a convivência familiar, ou então, após conseguir um emprego.

E esses dados foram medidos em 12 CAEs/Família e duas Unidades de Autonomia em Foco, que oferecem quartos individuais, como vocês sabem, as famílias e casais que já conseguem manter uma renda para se sustentarem.

Fecho a minha fala agora, até tinha uma série de outras respostas a dar, a própria questão da Fernanda sobre o gerenciamento do local, isso tudo está previsto, está sendo discutido e dialogado, mas finalizo dizendo que: a oferta qualificada, discordando - acho que foi a Kelseny que colocou -, pois ela não é restrita. O que há é uma priorização para este tipo de oferta, que não é a única oferta qualificada, para uma população específica que, claramente, aumentou significativamente pelo último censo. É uma resposta qualificada para uma demanda específica e todas as outras respostas estão sendo trabalhadas da mesma forma. Tanto a resposta, a partir da reestruturação dos serviços de acolhimento, como de toda a rede socioassistencial, desde a abordagem.

Então acredito que, com isso, tenha dado, pelo menos aqui, o grosso das respostas, mas me mantenho absolutamente à disposição para responder todo e qualquer questionamento que for necessário para que possamos construir esse modelo de autonomia para nossa população em situação de rua, aqui na Cidade. Obrigado, Vereador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Imensamente grato, prezado Secretário Carlos Bezerra Júnior. Nós estamos agora encerrando esta reunião. Agradeço também ao Secretário Alexis Vargas, à Secretária Soninha Francine, ao Robson, ao Anderson, enfim, a todos que participaram, Darcy Costa e também ao Alderon, Thiago, Fernanda, Marilene. Obrigado a todos que contribuíram.

Quero transmitir, Secretário Bezerra, gostaríamos ainda de dialogar sobre o relatório que encaminhamos ao senhor sobre os Centros de Acolhida, em 14 de abril. Ainda não nos chegou, embora o senhor tenha feito menção a esse tema que foi positivo, mas seria bom termos qualquer dia um diálogo mais completo.

Além disso, gostaríamos de conversar também sobre a questão do Cadastro Único. Vou fazer uma visita a um dos Centros de Registro e Cadastro Único, porque recebemos algumas informações de que não está sendo tão bem-feito. Depois vou conversar consigo, tá bem? (Pausa)

Muitíssimo obrigado a todos, por favor, já tenho uma nova reunião em seguida, da Corregedoria. Sente-se, agora, Gilberto, que está na sua hora. Desculpe-me ter atrasado um pouquinho.

Está encerrada a presente sessão.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **19321** DATA: **09/06/2022** FL: **40** DE 41
